



Coordenador do Cris defende princípios do SUS como norteadores da agenda pós-2015

PÁGINA 3



Opas autoriza Fiocruz a fornecer antimalárico a países latino-americanos

PÁGINA 5



Entrevista: Pesquisador fala de parceria para estudo sobre malária cerebral

PÁGINA 18

Peru e Fiocruz dão um passo à frente em relações de cooperação

Danielle Monteiro e Ricardo Valverde - CCS

Dando continuidade à parceria com instituições de saúde peruanas, a Fiocruz recebeu, em 25 de abril, a visita da ministra da saúde do Peru, Midori Habish, e do chefe institucional do Instituto Nacional de Saúde (INS) peruano, César Cabezas, para a elaboração de um plano de trabalho preliminar que prevê ações nas áreas de recursos humanos e de produção de medicamentos e vacinas. O documento foi baseado no memorando de entendimento assinado no dia 24 de abril, em Brasília, entre os ministérios da saúde brasileiro e peruano. Para Habish, o acordo aprofunda a cooperação entre a Fiocruz e o Peru em um momento oportuno, já que o país está passando por uma reforma no sistema público de saúde. “A Fiocruz é uma instituição de excelência em termos de inovação, pesquisa e desenvolvimento. Acreditamos que a cooperação fortalecerá nosso INS”, declarou.

O plano de trabalho, que será detalhado, revisado e concluído até julho deste ano, prevê a formação de Recursos Humanos em saúde, a transferência de tecnologia para a produção de medicamentos e reagentes diagnósticos, além do desenvolvimento tecnológico e de pesquisas científicas conjuntas. Segundo Cabezas, a parceria vai ajudar a

solucionar alguns dos principais problemas no campo da saúde atualmente enfrentados pelo Peru. “Em nosso país, falta capacidade de gestão no sistema de saúde e sofremos com a ausência de técnicos de saúde pública que atuem no controle de enfermidades endêmicas como dengue e malária”, explicou. “O apoio da Fiocruz, que conta com uma escola politécnica, vai nos ajudar nesta questão, além de nos dar auxílio na produção de medicamentos contra a tuberculose e a malária, enfermidades que atualmente mais afetam nosso país”, acrescentou.

No campo de RH, na área de pós-graduação, a Fiocruz vai oferecer a profissionais de saúde do Ministério da Saúde do Peru uma segunda edição do Mestrado em Saúde Pública com ênfase em gestão de serviços além de um curso de especialização em Gestão ▶



A primeira-dama do Peru, Nadine Heredia Alarcón, em visita à Fundação.
Foto: Peter Illiciev

Hospitalar. Para o desenvolvimento tecnológico e de pesquisas científicas conjuntas, a Fiocruz e o INS/Peru definirão os temas comuns prioritários para a consecução de pesquisa e desenvolvimento centrados nas doenças infecciosas e parasitárias negligenciadas, emergentes, re-emergentes e no desenvolvimento de sistemas de saúde.

A parceria também inclui um curso de especialização para técnicos em saúde pública focado em saúde e ambiente, incluindo controle de vetores. Na área de produção de medicamentos e reagentes diagnósticos, será realizada a transferência de tecnologia para a produção de medicamentos antimaláricos e tuber-

culostáticos, que engloba ainda capacitação de RH. Para a concretização dessa iniciativa, uma delegação brasileira formada por representantes de Farmangui-nhos/Fiocruz e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) vai visitar o Peru até junho deste ano. A produção dos medicamentos, assim como a capacitação de RH para que ela ocorra, será realizada até dezembro desse ano.

Segundo o coordenador do Cris/Fiocruz, Paulo Buss, “a parceria vai ampliar a cooperação já existente entre a Fundação e instituições de saúde peruanas, pois tem como foco não somente a consolidação do INS/Peru, mas também a capacitação de recursos hu-

manos e a transferência de tecnologias, medicamentos e reagentes diagnósticos”. Ele também frisou que a cooperação será de grande valia para o sistema de saúde peruano, já que vai auxiliar o país na configuração de uma reforma sanitária em busca de um sistema único de saúde (SUS). “Ao contrário do Brasil, que já realizou essa unificação na saúde, o sistema de saúde peruano ainda está dividido e busca fazer uma reforma sanitária ao seu estilo, olhando a experiência brasileira. Essa parceria vai ajudar o Peru em muito em termos de saúde pública, vigilância sanitária e produção de medicamentos e insumos para a saúde”, concluiu.

Reforço na parceria

Abril foi o mês de reforço nas parcerias entre a Fundação e instituições de saúde peruanas. No último dia 10, a primeira-dama do Peru, Nadine Heredia Alarcón, visitou a Fundação, sendo recebida pelo presidente em exercício, Pedro Barbosa. A visita deu continuidade à missão peruana que esteve na instituição em dezembro, e que deu início a um trabalho de prospecção de parcerias entre a Fiocruz e o país vizinho. O Peru tem interesses na produção de medicamentos, no programa Farmácia Popular do Brasil (administrado pela Fiocruz) e na formação de quadros para a governança em saúde (especialização em gestão de sistemas e serviços de saúde). Acompanhada do embaixador peruano no Brasil, Jorge Bayona Medina, e do cônsul-geral no Rio de Janeiro, Rolando Ruiz Rosas, a primeira-dama afirmou que um dos objetivos da vinda à Fiocruz é “fortalecer a cooperação Sul-Sul e levar para o Peru a experiência, os conceitos e os êxitos do sistema de saúde brasileiro”.

Em sua apresentação, Barbosa listou as principais linhas de atuação da Fiocruz, os projetos de maior relevo, a expansão das parcerias internacionais e a instalação de novas unidades no

país. Ele lembrou que já existe uma unidade próxima ao Peru (instalada em Manaus), que desenvolve projetos com outros países amazônicos, e em breve será inaugurada uma outra ainda mais perto da nação vizinha, em Porto Velho. Segundo a primeira-dama, o Peru está buscando essa parceria porque o país precisa se desenvolver e deixar para trás a desigualdade sócio-econômica, que se reflete nas condições de saúde da população, que ainda é muito pobre. “Necessitamos, por exemplo, de um programa como o Saúde da Família, em que poderemos levar médicos e outros profissionais de saúde aos mais pobres, sobretudo no interior do Peru. E temos que investir e valorizar a atenção básica”.

Nadine demonstrou grande interesse em saber mais sobre o SUS, pois ela defende a reforma do atual sistema de saúde peruano, que não alcança toda a população. Ela também pediu mais informações sobre a produção de medica-

mentos na Fiocruz e quis saber como se daria um processo de transferência de tecnologia. O coordenador do Cris/Fiocruz, Paulo Buss, explicou à primeira-dama o processo histórico que levou à criação do SUS, em 1988, e discorreu sobre os medicamentos fabricados pela Fundação.



■ A ministra da saúde do Peru, Midori Habish, com o presidente da Fundação, Paulo Gadelha. Crédito: Peter Illiciev

Princípios do SUS podem nortear agenda pós-2015

Filipe Leonel - Ensp

O objetivo abrangente de saúde deve maximizar vidas saudáveis em todos os estágios da vida. E aí começa o grande confronto com quem diz que a cobertura universal deveria ser objetivo do desenvolvimento sustentável." O tom crítico da fala do coordenador do Cris/Fiocruz, Paulo Buss, durante a aula inaugural da ENSP, em 3 de abril, foi direcionado aos que defendem que apenas a cobertura universal deve orientar a saúde na Agenda de Desenvolvimento pós-2015. Buss, que convocou estudantes, pesquisadores, professores e toda a comunidade Fiocruz para a defesa de um sistema de saúde universal, equitativo, integral e de qualidade, revelou que a Fundação pode se associar à Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável como um centro de apoio.

Com o tema *Saúde na Agenda do Desenvolvimento pós-2015: desafios nacionais e globais*, o ex-presidente da Fiocruz esmiuçou o documento resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), a Rio+20, intitulado "O Futuro que Queremos". Além disso, defendeu que não se assegura desenvolvimento sustentável sem a garantia de uma população saudável. "Temos presente, na nossa visão de sociedade, que saúde e desenvolvimento estão conectados. Uma população mais saudável

contribuirá para o desenvolvimento, da mesma forma que populações menos saudáveis terão dificuldade em crescer economicamente e progredir. Sem a preocupação com a saúde, o desenvolvimento será pífio. Não terá sentido se não contribuir para o bem-estar, qualidade de vida e saúde", afirmou Buss, exemplificando algumas das diversas evidências sobre a relação entre os campos.

Conforme mencionado pelo palestrante, o relatório oficial da Rio+20 inclui a dimensão da saúde como um importante componente. A declaração reconhece que "a saúde é uma precondição para, um resultado de, e um indicador de todas as três dimensões (econômica, ambiental e social) do desenvolvimento sustentável". O documento traz nove parágrafos sobre o tema e, segundo Buss, será um orientador do processo de elaboração da Agenda de Desenvolvimento das Nações Unidas pós-2015, pois reconhece a importância de estabelecer Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), que devem ser coerentes e integrados à agenda.

Para embasar a construção da Agenda de Desenvolvimento pós-2015, foi criado, em julho de 2012, pelo secretário-geral das Nações Unidas, um Painel de Alto Nível na intenção de assessorar o estabelecimento de um marco de referência à sua construção. De acordo com ele, o painel irá apresentar seu relatório ao secretário-geral em setembro de 2013. O intuito é avaliar o progresso com relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) e discutir as opções para o pós-2015. As 11 consultas temáticas são: desigualdades, governança, saúde, sustentabilidade ambiental, dinâmica populacional, água, crescimento e desenvolvimento, conflito e fragilidade, segurança alimentar e nutricional, educação e energia.

No caso da consulta para a saúde, o processo está sendo liderado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em colaboração com os governos da Suécia e Botsuana. Os objetivos dessa consulta temática são três: avaliar os avanços e as lições aprendidas com os ODMs relacionados com saúde; discutir o posicionamento da saúde no marco de referência para a Agenda de Desenvolvimento pós-2015; e propor objetivos e metas de saúde para essa agenda, incluindo recomendações para sua implementação, medida e monitoramento.



■ Na aula inaugural da Ensp/Fiocruz, Buss convocou estudantes, pesquisadores, professores e toda a comunidade da Fundação para a defesa de um sistema de saúde universal, integral e de qualidade. Foto: Virginia Damas / Ensp

“Brasil deve defender os princípios que nortearam seu sistema de saúde”

Na opinião de Buss, um primeiro rascunho do que será apresentado às Nações Unidas afirma que a nova Agenda do Desenvolvimento pós-2015 deve abordar relações globais de poder e temas econômicos com impacto sobre pobreza, inequidades e situação de saúde, incluindo os acordos globais de comércio. “Esse é um ponto extremamente importante”, disse ele. “O documento a ser apresentado aponta que saímos do discurso de ilusão. Queremos saber como as questões de comércio global influenciarão a saúde. É uma discussão que perdeu a ingenuidade”, admitiu.

A Fiocruz tem participação na construção do documento da saúde. Como afirmou o conferencista, o princípio orientador dessa agenda busca o

bem-estar para todos, com a contribuição de todos os setores e alvos de saúde concretos, relacionados com todos os demais objetivos de desenvolvimento. “O objetivo abrangente de saúde é maximizar vidas saudáveis em todos os seus estágios. A cobertura universal, assim, é apenas um elemento que contribuirá para isso”, disse o palestrante. Ainda segundo ele, o Brasil deve ter a posição de defesa dos princípios norteadores da construção do seu sistema de saúde. “A OMS e alguns outros agentes defendem que o objetivo que norteia o desenvolvimento sustentável deve ser a cobertura universal em saúde, e não a cobertura equitativa, integral e outras que fazem parte do nosso conceito de sistema de saúde. Temos um

mandato constitucional do que deve ser a ação brasileira. Só o conceito de cobertura universal não serve. Apenas quem quer fazer da saúde um negócio vai defendê-lo. Precisamos manter a postura crítica desta casa. O SUS é um sistema de apenas 25 anos, subfinanciado e, quanto mais estiver assim, melhor será para os que querem fazer negócio com a saúde, inclusive no campo internacional, e que tentam buscar sustentação nesse conceito de cobertura universal. Peço que vocês comprem essa briga e participem dela conosco.”

Em entrevista ao Informe Ensp, Buss falou sobre o esforço da Fiocruz para incluir a saúde na Agenda de Desenvolvimento pós-2015 e salientou que o mundo precisa articular algumas questões, como saúde, agricultura, educação e água limpa, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pós-2015. Confira a íntegra da entrevista [aqui](#).

Fiocruz e Moçambique unem esforços para fortalecimento do sistema de saúde moçambicano



■ Os participantes da oficina para elaboração do mestrado Sistemas de Saúde para Moçambique. Foto: Guilherme Kannop / Ensp

Isabela Schincariol (Ensp), Isadora Marinho (IOC) e Maritiza Neves (Farmanguinhos)

Um novo curso de mestrado está sendo desenvolvido pela Ensp e o Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CPqAM/Fiocruz). Intitulado Sistemas de Saúde para Moçambique, o curso foi idealizado a partir da necessidade de melhoria das condições de saúde da população e é fruto da boa relação entre o Brasil e o país africano e, em especial, entre a Fiocruz e o

Instituto Nacional de Saúde (INS). O desenho do curso, cujo objetivo é fortalecer o sistema nacional de saúde de Moçambique, e sua adequação cabem à Escola e ao CPqAM, com apoio da Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação (VPEIC/Fiocruz), e com acompanhamento do Cris/Fiocruz. O novo mestrado integra a cooperação bilateral estabelecida há cerca de seis anos entre a Fiocruz e o INS e tem foco na formulação de políticas nacionais de saúde. Futuramente, espera-se compartilhar a ex-

periência com os outros países africanos de língua oficial portuguesa.

Segundo o diretor científico do INS, Francisco Mbofana, o sistema nacional de saúde moçambicano enfrenta múltiplos desafios em diversas áreas e, por isso, a formação de indivíduos é fundamental. “Nosso objetivo é formar quadros para todo o sistema. Priorizaremos os profissionais do INS, pois são eles que nos ajudarão a encontrar os elementos-chave das estratégias de intervenção que visem ao aprimoramento do sistema de saúde de Moçambique. Portanto, o mestrado é uma ferramenta para alcançar o fortalecimento das capacidades do INS e, consequentemente, de todo o sistema nacional de saúde”, explicou Mbofana.

Além de profissionais formados para a área da pesquisa em sistema de saúde, Mbofana comentou que aguarda a formação de indivíduos executores e gestores. “Não podemos mais esperar a realização de pesquisas científicas e, com elas, a geração de dados e evidências que fundamentem processos. Precisamos trabalhar hoje com base nas informações atualmente disponíveis e formar cada vez

mais indivíduos à medida que o mestrado amadurecer. Só assim, daqui a dez anos, poderemos falar em um sistema de saúde diferente”, defendeu ele.

Mbofana explicou que, em seu país, já se realizam intercâmbios para a formação de profissionais. No entanto, em termos de orçamento e logística, a realização de um mestrado em Moçambique facilita a participação de maior quantidade de indivíduos, aumentando, assim, a massa crítica local. Outra questão bastante relevante, para o diretor científico, é que o curso, diferentemente de outras formações disponíveis no país, está sendo desenvolvido em sua totalidade de acordo com as necessidades e a cultura local. Para ele, isso proverá profissionais com foco na experiência e nos desafios moçambicanos e, em maior escala, africanos, mas todos com a mesma qualidade dos grandes e já tradicionais institutos de pesquisa.

Os países africanos de língua oficial portuguesa apresentam, de maneira geral, carências e demandas bastante específicas em determinadas áreas, e o ensino é uma delas. A partir disso, Mbofana comentou que o INS está se articulando para facilitar a participação de tais indivíduos no curso e até mesmo para levar o mestrado para outros países, pois já foram identificados lideranças e departamentos estratégicos que podem ser formados em outros países.

A oficina de desenvolvimento do projeto ocorreu no Cris/Fiocruz, nos dias 15 e 16 de abril, com a presença de pesquisadores da Ensp Nilson do Rosário, Célia Almeida e Elizabeth Artman; a vice-diretora de Pós-Graduação da Fiocruz, Cristina Guillam; a pesquisadora do CPqAM Ana Maria de Britto; o diretor científico do INS, Francisco Mbofana; e Basano.

Todos os participantes da reunião ratificaram a importância da ação, que fortalece a cooperação Sul-Sul. Nilson do Rosário afirmou que este é um esforço conjunto e um campo bastante interessante de aprendizado. Célia Almeida, a primeira coordenadora do escritório da Fiocruz na África, ressaltou a importância da área da saúde coletiva no projeto de cooperação. “Já desenvolvemos projetos de maior importância, e esta é uma área extremamente necessária. No projeto, trabalhamos em uma perspectiva de transformação do sistema de saúde em prol da equidade”, disse ela. Elizabeth Artman,

no encerramento, ressaltou que, além do próprio curso, Moçambique e o INS ganharão docentes, pesquisadores e quadros mais preparados para o sistema.

Nova etapa de cooperação

Em outubro de 2012, a Fiocruz e o INS iniciaram uma nova etapa de auxílio bilateral e definiram uma proposta de plano de cooperação para o próximo quinquênio. O objetivo é fortalecer o papel da instituição moçambicana na formulação de políticas nacionais de saúde. Por meio da cooperação, serão desenvolvidas atividades nos campos de pesquisa; ensino; vigilância em saúde; informação, comunicação e memória em saúde; sistemas de saúde; e no âmbito da Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública e da gestão do INS.

O foco desta nova fase da parceria é o fortalecimento da capacidade para o crescimento científico e tecnológico em saúde em Moçambique; o desenvolvimento de modelos de vigilância sindrômica (estratégia que facilita a detecção precoce de potenciais casos de determinada doença, auxiliando na adoção de medidas de prevenção e controle) em áreas prioritárias para a saúde pública dos dois países; a análise dos determinantes sociais em saúde; a avaliação de tecnologias em saúde; e o desenvolvimento institucional do INS e de centros regionais do instituto.

Mais oito mestres formados em Ciências da Saúde para Moçambique

Criado há cinco anos, o Programa Internacional de Pós-graduação em Ciências da Saúde, que ministra os conceituados cursos *Stricto sensu* do IOC/Fiocruz em Moçambique, acaba de formar sua segunda turma de mestres. Já são 20 os profissionais beneficiados pela iniciativa. O pesquisador Milton Moraes, vice-coordenador da Pós-graduação em Biologia Celular e Molecular, que responde por cinco dos oito projetos defendidos, aposta que

a iniciativa vai ajudar o governo local a captar recursos no exterior e atrair visibilidade. As defesas ocorreram entre 3 e 5 de abril, no Instituto Nacional de Saúde (INS), em Maputo, capital do país. Dentre os temas das dissertações, estão a co-infecção malária-HIV, tuberculose, rotavírus e toxoplasmose. O curso de mestrado contempla aulas e orientação de professores moçambicanos e brasileiros, além de um intercâmbio de cinco a seis meses nos laboratórios do Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro.

Mais funcionários da SMM capacitados por Farmanguinhos

Dentro do acordo existente entre os governos do Brasil e de Moçambique, a Sociedade Moçambicana de Medicamentos (SMM), fábrica de antirretrovirais instalada no país africano com apoio de Farmanguinhos/Fiocruz, conta com mais dois funcionários capacitados por Farmanguinhos. Noémia Muíssa e Ligia Tembe, respectivamente Diretora-Executiva e Chefe do Departamento da Garantia da Qualidade da SMM, concluíram, no dia 5 de abril, os módulos sobre Indústria Farmacêutica e Garantia da Qualidade. “Essa experiência foi única. O meu desafio em Moçambique é muito grande, pois somos, hoje, o que Farmanguinhos foi décadas atrás. Tenho a certeza de que todos nós que trabalhamos na SMM faremos o impossível para que esse projeto seja bem-sucedido”, declarou Noémia.

Presente à despedida das moçambicanas, o Diretor-Executivo de Farmanguinhos, Hayne Felipe, comentou que os desafios de gestores públicos são semelhantes e, por esse motivo, é preciso aprender a enfrentar e viver cada situação a seu tempo, sem se acomodar. “Desafios são construídos para serem superados, gerando, dessa forma, crescimento”, afirmou. Também compareceram à cerimônia o Vice-Diretor de Gestão do Trabalhador Lucimar Jr, a Vice-Diretora de Operações, Saide Queiroz, a Chefe de Gabinete, Lícia Oliveira, a Coordenadora de Gestão da Qualidade, Shirley Trajano, e a equipe do Núcleo de Cooperação Internacional (NCI), entre outros colaboradores e servidores da unidade.

Opas autoriza Farmanguinhos a fornecer antimalárico a países latino-americanos



Com a concessão da Opas, Farmanguinhos poderá fornecer o principal medicamento contra a malária recomendado pela OMS ao Fundo Estratégico da Opas, instância responsável pela distribuição aos países que solicitam o medicamento. Foto: Peter Illiciev

Alexandre Matos - Farmanguinhos

A Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) concedeu a Farmanguinhos/Fiocruz o direito de fornecer o antimalárico Artesunato+Mefloquina (ASMQ) aos estados-membros do Fundo Estratégico da instituição. O anúncio foi feito por meio de comunicado oficial da Opas. A decisão representa um importante passo para a unidade, que busca a pré-qualificação do produto junto à Organização Mundial da Saúde (OMS).

Com validade de um ano, a outorga dá a Farmanguinhos o direito de fornecer o ASMQ, principal medicamento contra a malária recomendado pela OMS, ao Fundo Estratégico da Opas, instância responsável pela distribuição aos países que solicitam o medicamento. De acordo com o parecer, atualmente só existe uma fonte de ASMQ pré-qualificado pela OMS: o fabricado pela indústria indiana Cipla, que recebeu a tecnologia de Farmanguinhos mediante acordo assinado entre os dois laboratórios em 2008, e com participação da Iniciativa de Medicamentos para Doenças Negligenciadas (DNDi, na sigla em inglês). Entretanto, o Projeto

de Medicamentos e Tecnologias Sanitárias (HSS/MT), responsável por avaliar os produtos e fornecedores para aquisição do FE incluiu Farmanguinhos como fornecedor, até que, no prazo de um ano, ele obtenha a pré-qualificação. A medida foi possível porque se trata de um processo complementar, já que o número de medicamentos não satisfaz toda a demanda da região das Américas.

Processo de pré-qualificação continua

A OMS informou à Opas que Farmanguinhos terá de enviar nova solicitação a fim de pré-qualificar o produto. Segundo o documento, não será preciso incluir os componentes de eficácia e segurança, mas será viável referenciar os dados fornecidos pela Cipla nos dossiês pré-qualificados. Se houver possibilidade de novos dados clínicos, será necessário prover tais evidências. Em caso de mudanças na fonte ou processo de fabricação do princípio ativo, será

preciso completar um novo módulo, a fim de justificar diferenças em comparação com os dossiês fornecidos pela Cipla. Por outro lado, o Complexo Tecnológico de Medicamentos (CTM), local em que está instalada a planta de produção de Farmanguinhos, será submetido a uma inspeção de pré-qualificação da OMS. O ASMQ brasileiro é registrado na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), considerada uma autoridade regulatória de referência para a Opas. Além disso, a Opas enfatiza que a Anvisa já concedeu o certificado de cumprimento de Boas Práticas de Fabricação (BPF) a Farmanguinhos, o que confirma a excelência da qualidade do Instituto.

De acordo com o documento emitido pela Opas, a organização busca fortalecer as autoridades reguladoras nacionais de medicamentos e produtos biológicos, como a Anvisa, por exemplo. A entidade programa iniciativas para reconhecer a capacidade dessas agências regulatórias na tomada de decisões relacionadas à aquisição de medicamentos incluindo as realizadas pelo Fundo Estratégico da Opas.

Estrangeiros refletem reconhecimento internacional e atitude cooperativa da Fiocruz

Daniela Lessa - Icict

María Hermoso Cristóbal, espanhola e doutora em biologia humana pela Universidade de Munique (Alemanha), escolheu ser pesquisadora na Fiocruz devido ao destaque da instituição em ciência e tecnologia dentro e fora do Brasil, por seu papel na promoção da saúde no país e pela diversidade de suas áreas de atuação. O trabalho de María vai avaliar a contribuição da pesquisa clínica na Fiocruz para a estratégia institucional, para o perfil epidemiológico do país e para o SUS.

Bogar Omar Araujo Montoya, peruano e doutor em Biotecnologia pelo Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo (ICB) optou pela Fiocruz por esta ser um dos melhores centros de pesquisa biomédica na América Latina e, especialmente, porque considera que pode se tornar um melhor cientista atuando no grupo de pesquisa em que está inserido. O trabalho de Montoya é o de testes de novas drogas contra alvos moleculares (proteínas) envolvidos em doenças como diabetes mellitus, esquistossomose e câncer. "Sou responsável por produzir as formas recombinantes destas proteínas-alvo", resume.

Isabel Inês Monteiro de Pina Araújo, caboverdiana e doutoranda em Biologia Parasitária no IOC, escolheu a Fiocruz duas vezes: para o atual doutorado sobre a evolução e a diversidade molecular o HIV-1 e HIV-2 em Cabo Verde, e para o mestrado também realizado na instituição em 2003. Essa opção teve como base o interesse pela pesquisa em HIV/Aids, na qual o Brasil é inovador em muitas conquistas em programa de prevenção, diagnóstico, monitoramento e tratamento. "Escolhi a Fiocruz por ter alguns dos mais prestigiados institutos de pesquisa no mundo, e a Ensp e o IOC, por abrigarem os principais centros de referência e pesquisa em

HIV/Aids", afirma.

A decisão dos pesquisadores e estudantes reflete o reconhecimento acadêmico internacional alcançado pela Fiocruz e suas pesquisas demonstram o quanto esse intercâmbio pode contribuir para a instituição e para a saúde coletiva. Para a coordenadora

o fato de que, ao escolher uma instituição, o estudante avalia sua produção e os cursos que oferece. "Ser escolhido, portanto, significa ser reconhecido academicamente. Além disso, temos tido um retorno muito positivo de projetos conjuntos com instituições de países de onde vieram ex-



■ O peruano Bogar Omar Araujo Montoya, a espanhola María Hermoso Cristóbal, e Isabel Inês Monteiro de Pina Araújo, de Cabo Verde, são alguns dos estudantes estrangeiros que desenvolvem atividades na Fundação, contribuindo com a instituição e a saúde coletiva. Foto: Rovena / Icict

do Programa de Bolsas em Pesquisa, Maria de Fátima Diniz Baptista, da Vice-presidência de Pesquisa e Laboratórios de Referência (VPPLR), a aproximação entre os países é importante para a formação dos profissionais, pois intensifica a troca de experiências.

O responsável pela coordenação dos projetos da Fiocruz com a África e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) no Cris/Fiocruz, Luiz Eduardo Fonseca, destaca que a captação de estudantes estrangeiros – de mestrado e doutorado – pela Fiocruz pode beneficiar a avaliação da Capes-CNPq. "A vinda de estrangeiros é motivadora, pois incentiva a instituição e os professores a se organizarem e a se atualizarem", argumenta. Fonseca também comenta

alunos estrangeiros, justamente por causa dessa convivência na Fiocruz".

A coordenadora geral de Pós-Graduação, Maria Cristina Guilam, comenta que a Fiocruz tem uma atuação internacional focada em duas vertentes: uma chamada de cooperação estruturante, que envolve o apoio ao fortalecimento dos sistemas de saúde governamentais de outros países, por meio da formação e capacitação de seus profissionais, e outra estabelecida por meio de parcerias de pesquisa com várias universidades e entidades internacionais num sistema de troca mais recíproca. "O interessante é que o Brasil vem se posicionando cada vez mais como país que tem o que trocar com os grandes centros de pesquisa do mundo", finaliza.

Encontro debate saúde e democracia no contexto latino-americano



- A Jornada Internacional Pré-ALAS reuniu pesquisadores do Brasil, Chile e Costa Rica, trazendo à tona debates sobre temáticas como democratização e saúde, bem-estar social e envelhecimento. Foto Maycon Gomes/EPSJV

Talita Rodrigues - EPSJV

A EPSJV/Fiocruz sediou nos dias 25 e 26 de abril a Jornada Internacional Pré-ALAS na Saúde, com o tema 'Democratização e novas formas de sociabilidade em saúde no contexto latino-

americano. O encontro foi um dos eventos preparatórios para o XXIX Congresso Latino-americano de Sociologia (ALAS), que será realizado no Chile, de 29 de setembro a 4 de outubro desse ano. O evento da EPSJV reuniu pesquisadores do Brasil, Chile e Costa Rica.

Sociedade contemporânea e envelhecimento

No primeiro dia do evento, as mudanças contemporâneas na saúde da sociedade foram o tema da fala de Marcelo Arnold-Cathalifaud, vice-presidente da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS) e professor titular da Universidade do Chile. “A complexidade da sociedade contemporânea dificulta sua compreensão, tentamos compreender, mas pouco conseguimos. Na sociedade contemporânea, não podemos fazer o que fazíamos, pensar o que pensamos, temos que repensar tudo”, observou Marcelo.

O professor destacou que é preciso criar condições para garantir o desfrute do mais alto nível possível de saúde física e mental da sociedade. “As definições de saúde são dinâmicas, determinadas pelas condições presentes na sociedade em cada momento e que são formadas principalmente por duas grandes variáveis: mudanças estruturais importantes, como na família, por exemplo; e o crescente reconhecimento da individualidade e dos direitos humanos”, disse ele, acrescentando que as instituições também afetam o dinamismo da saúde, que se relaciona com diversos setores como a economia (financiamento), política (decisões políticas), ciências (conhecimentos), religião (sentido) e direito (regulação jurídica).

Outro aspecto importante apontado pelo professor é a relação entre a integração social e as condições de saúde. “Investigar as dimensões da integração social permite identificar condições de exclusão de acordo com os níveis de complexidade alcançados pela sociedade. A pobreza pode originar exclusões em todo o campo da saúde. A inclusão e a exclusão são contínuas, só se pode incluir o que está excluído e vice-versa”.

Outra mudança que vem sendo enfrentada pela sociedade contemporânea é o inédito envelhecimento em larga escala da população mundial. “Os velhos atuais envelhecem em um contexto sem precedentes. É a primeira vez que a sociedade está envelhecendo tanto”, destacou Daniela Thumala, pesquisadora da Universidade do Chile e diretora da Fundação Soles. A conta é simples: a expectativa de vida aumenta, a taxa de natalidade cai. Resultado: as pessoas vivem mais e a maioria da população vai ficando mais velha. De acordo com a pesquisadora, a estimativa é que daqui a 40 anos, a parte da população que tem mais de 15 anos seja maior que a parcela com menos de 15 anos. “É uma mudança de-

mográfica porque o mundo inteiro está envelhecendo de forma mais acelerada. A Europa e os Estados Unidos já são regiões mais envelhecidas, mas em 2050, a maioria dos países vai ser. Na América Latina, os países que estão com o processo mais acelerado são Brasil, México e Chile”, disse a pesquisadora.

No mundo atual, além de mais pessoas chegarem à velhice, elas também ficam velhas por mais tempo, devido à capacidade de prolongar a expectativa de vida com os avanços da medicina. devido à capacidade de prolongar a expectativa de vida com os avanços da medicina. “Hoje, a maioria das pessoas chega à velhice e tem cada vez menos filhos que, por sua vez, vivem cada vez mais”, disse Daniela.

Para a pesquisadora, o principal desafio da sociedade contemporânea é enfrentar o envelhecimento com bem-estar, dignidade e independência. “Saúde na velhice é mais que manter a funcionalidade e a ausência de demência. É, de acordo com a OMS [Organização Mundial da Saúde], o bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doenças. E também a integração social, com a relação positiva com diferentes âmbitos da sociedade e a participação nas redes sociais e familiares” destacou.

Daniela apontou que as características da sociedade em relação à velhice também mudaram. “Antes, os filhos cuidavam dos pais quando eles ficavam velhos. Hoje, não há mais essa garantia porque os filhos não se sentem mais nessa obrigação. Além disso, muitos não se casam, não têm filhos e chegam à velhice sozinhos. Temos que ter políticas públicas que favoreçam as redes sociais e estimulem a comunicação social. A diversidade da velhice é enorme. Um pode estar parado em casa e o outro abrindo um novo negócio ou começando a estudar. Envelhecer não é só um processo negativo”, concluiu.

Bem-estar social

O padrão de bem-estar no Brasil e as políticas públicas do setor foram o tema da fala de Lenaura Lobato, professora da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). “Hoje, convivemos com um sistema híbrido; de um lado, uma estrutura institucional inovadora e progressista; mas, de outro, ainda não rompemos o padrão anterior e temos pouco impacto nas desigualdades e na ruptura do padrão de proteção social”, observou Lenaura.

A professora lembrou que a Constituição Federal de 1988 incorporou novos direitos para garantir o bem-estar so-

cial da população e instituiu a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Para alcançar o objetivo proposto pela Constituição de 1988, Lenaura acredita que o país precisa avançar mais na concepção da questão social e no aparato político-organizacional.

Lenaura apontou o que ela considera como entraves ao desenvolvimento da proteção social. Entre eles, o subfinanciamento da saúde, educação, assistência, urbanização e habitação, condições consideradas por ela elementares para o bem-estar social. “O Brasil tem um sistema de saúde público potente e nacional que convive com um potente sistema privado (planos de saúde). O gasto público é menos da metade do total de gastos com a saúde no Brasil”, comparou.

Outro problema diretamente relacionado ao primeiro é a expansão do financiamento público ao setor privado. “A situação é grave, institucionalizamos o financiamento do SUS ao setor privado. A Lei de Responsabilidade Fiscal impõe tetos para os gastos. São áreas que precisam de mão-de-obra e não podem contratar, aí transferem para as Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) que passam a ser responsáveis pelos recursos humanos da área de saúde, que são formas diferenciadas de contratação e direitos. O SUS está sendo privatizado”, afirmou Lenaura.

A professora ressaltou ainda que a fragmentação das políticas e ações acaba criando inúmeros programas sem condições para que sejam acompanhados pelo nível municipal da maneira necessária. Com isso, a estrutura social fragmenta programas que não interagem. “A realidade é que existem sistemas com baixa qualidade e cobertura de serviços que geram baixo impacto nas condições de desigualdade e bem-estar, causando uma universalização incompleta. Você tem o direito, mas tem que brigar na justiça porque a estrutura não consegue garantir, não é um modelo de proteção social ampla que construímos na Constituição de 1988”, disse.

Para Lenaura, os desafios para se alcançar o que está previsto na Constituição de 1988 passam por repensar os modelos de política social, retomar o sentido do bem-estar, avaliar as políticas sociais para além das políticas setoriais e conhecer os mecanismos atuais da relação público-privada. “O SUS se propõe a mudar o padrão fragmentado, mas a fragmentação persiste. Tivemos avanços em algumas áreas, como a vacinação, por exemplo, mas em outras é mais difícil avançar. O SUS está sendo cooptado pelo setor privado e nós precisamos gritar contra isso. O plano privado usa o SUS e não paga”.

Democratização e saúde

No segundo dia do evento, Nora Garita, professora da Universidade da Costa Rica, falou sobre democratização e saúde na América Central. “Os processos de democratização na América Central se entrelaçam de maneira complexa com a saúde. A transição para regimes democráticos e economias de mercado não reduziu os altos níveis de desigualdade, nem impediu os processos de exclusão em todas as etapas da vida, incluindo a saúde. O fato de ter uma igualdade democrática não signifi-

ca ter igualdade de direitos”, destacou Nora.

A professora lembrou que, ao mesmo tempo que promete igualdade política, a democracia se ergue sobre uma sociedade desigual, naturalizando as desigualdades, inclusive as de gênero. Na América Central, por exemplo, a população indígena e as mulheres são dois grupos discriminados e que enfrentam situações de violência. “As mulheres são discriminadas econômica e socialmente quando, por exemplo, ganham menos que os homens. E os índios enfrentaram

diversos massacres”, disse.

Em relação às mulheres, outro problema grave apontada por Nora é o alto número de homicídios entre essa parcela da população, que ela chama de femicídios, na América Central. Em alguns países, como Honduras, Guatemala e El Salvador, esses números duplicaram nos últimos anos. E na América Central como um todo, nos últimos anos, o número de femicídios é maior do que o de homicídios de homens. “Essa questão da violência de gênero tem passado despercebida e é um problema grave”, ressaltou Nora.

Desigualdades e cidadania

Ximena Segura, secretária adjunta da ALAS e professora da Universidade de Playa Ancha Valparaíso, no Chile, falou sobre as desigualdades e políticas compensatórias em saúde e os desafios para enfrentar as adversidades do modelo econômico no Chile. “As atuais transformações macroeconômicas e políticas impactam o cenário latino-americano e aumentam a desigualdade e a iniquidade. E a falta de equidade se expressa na pobreza e desigualdade econômica”, disse.

Segundo ela, a desigualdade distributiva, pobreza material, falta de acesso à saúde e educação e a falta de oportunidade para o desenvolvimento das pessoas são algumas das variáveis que contribuem para a desigualdade e a falta de equidade.

Ximena explicou que, no Chile, o Estado é subsidiário e só intervém nos contextos onde a ação do privado não é rentável, principalmente saúde, educação e moradia. “A saúde é uma responsabilidade privada, o Estado só intervém para regular o mercado. Por isso, não há uma proteção estatal para a população. E, para corrigir as adversidades do modelo econômico, o Chile recorre a políticas compensatórias, que visam aos grupos mais excluídos e buscam reduzir as desigualdades”.

Os programas de proteção social são desenvolvidos para resolver deficiências setoriais identificadas pelo siste-

ma. “Mas as políticas compensatórias carecem de integralidade e têm desenvolvido características culturais que condicionam comportamentos e afetam a relação das pessoas em situação de pobreza. São políticas compensatórias que não trazem mudanças estruturais. Precisamos de políticas públicas de terceira geração construídas em conjunto pelo Estado e a Sociedade”, destacou Ximena.

Paulo Henrique Martins, presidente da ALAS, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e coordenador do Núcleo de Cidadania e Processos de Mudança (Nucem/UFPE) falou sobre a democracia e formação de públicos territoriais.

O professor classifica as políticas públicas em três categorias. Na primeira, estão as políticas positivistas, que buscam intervir para ordenar o incapaz e cuidam das populações desassistidas para organizar o poder oligárquico. “Essas políticas consideram que a elite é capaz e a pobreza é incapaz. É uma representação sem participação”, disse.

A segunda categoria é das políticas liberais e neoliberais, que intervêm para liberar o cidadão produtor e consumidor, como o Bolsa Família. “Essas apoiam o direito à liberdade do cidadão trabalhador que cotiza ou paga a sua saúde. É a representação com participação restrita a proprietários de bens e assalariados”, observa Paulo.

Na terceira categoria estão as políticas sociais democratas, que visam intervir para proteger socialmente o cidadão, buscando promover o direito à igualdade dos cidadãos nacionais, ou nacionalizados, no acesso aos bens universais. “É uma representação com participação ampliada aos cidadãos nacionais. Esse sistema inclui a população nacional, mas exclui os imigrantes”, ressaltou.

Paulo falou também sobre os limites e utopias do Sistema Único de Saúde (SUS) e como implantar um modelo social democrata de saúde num regime político oligárquico e autoritário. Ele apontou para várias questões, como a universalização de serviços em contextos de profundas desigualdades de acesso às riquezas materiais e de exclusão crescente, a descentralização territorial em contextos de poder local dominados por oligarquias políticas e econômicas e a participação em contextos autoritários que estigmatizam a pobreza. “E como vamos pensar o público na sociedade atual quando o que tem valor é o privado?”, questionou Paulo.

Ao final do primeiro dia do evento, foi lançado o livro ‘Fronteiras Abertas da América Latina: diálogo na ALAS’, organizado por Paulo Henrique Martins e Cibele Rodrigues. A publicação reúne textos apresentados no último Congresso da ALAS em Recife (PE), em 2011.

Pesquisadores do IOC em simpósio internacional no Instituto Pasteur

Os pesquisadores do Laboratório de AIDS e Imunologia Molecular/IOC, Carmem Gripp e José Henrique Pilotto, participarão do evento *30 Years of HIV Science: Imagine the future (30 anos da Ciência do HIV: Imagine o futuro)*, no Instituto Pasteur, de Paris, de 21 a 23 de maio. Gripp e Pilotto apresentarão um poster intitulado *NK immunity in HIV patients with tuberculosis: implications for immune reconstitution syndrome during TB-treatment and HAART* (Imunidade NK em pacientes infectados por HIV com tuberculose: implicações para a síndrome de reconstituição imune durante o tratamento de TB e HAART). O trabalho apresenta os resultados preliminares de um projeto desenvolvido no âmbito do programa de cooperação Pasteur-Fiocruz, coordenado pela vice-diretora do IOC, Mariza Morgado, em conjunto com o pesquisador do Unité de Régulation des Infections Rétrovirales/Pasteur, Daniel Scott-Algara.

De acordo com Carmen, o evento será uma oportunidade única para apresentar o trabalho realizado em conjunto com a instituição francesa. "Temos a intenção de manter e aprofundar esta cooperação com o Pasteur, que é de valor inestimável para nós, pesquisadores, e para os pacientes que podem se beneficiar com os resultados", informou. O simpósio internacional foi organizado para celebrar os 30 anos da identificação do vírus da AIDS. O objetivo é focar nos desafios críticos e as prioridades futuras que se encontram na pesquisa do HIV, como resultado de 30 anos de realizações. Para saber mais sobre o evento, acesse o site oficial: <http://www.30yearshiv.org/>.

Thiago Oliveira - Cris



■ Os participantes da II Reunião Ordinária da RINS – Unasul, realizada no Equador.

Avaliação do Plano de Cooperação quinquenal Rins-Unasul

Com uma pauta diversificada e a presença maciça dos países que compõem a Unasul e as Redes de Institutos Nacionais de Saúde da América do Sul, foi realizado em Guayaquil, no Equador, de 2 a 5 de abril, um seminário sobre Investigação e Controle de Doenças Transmitidas por Vetores, seguido da II Reunião Ordinária da Rede de Institutos Nacionais de Saúde da União de Nações Sul-Americanas (Rins/Unasul). No encontro foi feita uma recomendação no sentido dos Institutos Nacionais de Saúde (INSs) incorporarem em seus planos estratégicos o desenvolvimento das capacidades de investigação clínica de doenças transmitidas por vetores e outras doenças consideradas prioritárias, promovendo o desenvolvimento de pesquisas sindrômicas e integrando aspectos clínicos e laboratoriais, para analisar o impacto de possíveis co-infecções e condições pré-existentes no resultado clínico, principalmente em casos de malária e dengue.

As reuniões culminaram com a eleição para os próximos dois anos do coordenador, coordenador alterno e secretário executivo da Rede de Institutos Nacionais de Saúde, respectivamente; Juan Carlos Péres Ycasa do INSPI (Instituto Nacional de Pesquisa em Saúde Pública) do Equador, Cesar Cabezas do Instituto Nacional de Saúde (INS/Peru) e Felix Rosenberg, da Fiocruz. A delegação brasileira foi composta por sete membros, sendo quatro pertencentes aos quadros da Fiocruz: Al-

varo Matida, coordenador da América Latina do Cris, Flavia Barreto, do Laboratório de Referência Macro-Regional de Dengue e Febre Amarela do IOC, José Bento, do Grupo de Pesquisa em controle de vetores do IOC e Felix Rosenberg Forum Itaborai e atual Secretario Rins-Unasul.

Outra importante conclusão foi a recomendação, no caso específico da dengue, pela implementação do protocolo do comportamento clínico da OMS vir a ser tomado de forma uniforme por parte dos países membros, relegando o diagnóstico laboratorial a um papel secundário e até mesmo dispensável na maioria dos casos. No contexto da II reunião Ordinária da Rins-Unasul, foi criado um Grupo Técnico (GT) de Entomologia para avaliação e estudos da resistência do vetor aos inseticidas e seu uso racional e propor, no âmbito da Rins, diretrizes técnicas de controle de vetores, incluindo orientação sobre o desempenho contra os casos de resistência, baseado nas evidências científicas. Também foi criado um GT de investigação clínica de doenças febris agudas e formado um grupo técnico de diagnóstico laboratorial que proponha critério e algoritmo durante epidemias e períodos inter-epidêmicos, levando em consideração por princípio que o diagnóstico laboratorial não substitui os procedimentos clínicos. Além disso, foi adotado o Plano Regional de Controle e Prevenção da Peste Bubônica, acordado na reunião de peritos de Lima, em 2013.

Workshop de construção de cenários do Projeto EU-LAC Health



■ Os participantes do EU-LAC Health no segundo “Scenario Building Workshop”, que aconteceu em Roma, na Itália.

O Projeto União Europeia - América Latina e Caribe Saúde (EU-LAC Health) realizou o segundo “Scenario Building Workshop”, de 11 a 12 de abril, em Roma, na Itália. O objetivo foi analisar os âmbitos científicos e as estruturas governamentais para um desenvolvimento eficiente da cooperação em saúde entre as duas regiões. Na ocasião, os participantes discutiram sobre as formas eficientes de financiamento para a pesquisa colaborativa em saúde, as estruturas governamentais necessárias e as áreas científicas que poderiam ser enriquecidas pela cooperação bi-regional.

As discussões acerca das áreas científicas prioritárias de pesquisa em saúde foram lideradas por especialistas, assim como as discussões sobre mecanismos de financiamento e governança, introduzidas com apresentações das experiências de formuladores de políticas ou gerentes de projetos em áreas relacionados. De acordo com a representante do Brasil na EU-LAC Health, Miryam Minayo, assessora do Cris, o workshop e os tópicos abordados enfatizaram a existência de um grande potencial e necessidade, para ambos os lados, de uma abordagem prática e econômica para institucionalizar a coope-

ração de pesquisa em saúde da EU-LAC. “Já foi feito um progresso importante nesse aspecto ao se estabelecer as áreas de prioridade para as duas regiões e ao construirmos uma perspectiva geral sobre os possíveis mecanismos para administrar e capitalizar a cooperação”, explicou Miryam. “Entretanto, esses mecanismos deverão ser mais explorados e adequados às necessidades especiais de ambas as regiões”, concluiu. O próximo workshop do EU-LAC Health será realizado de 16 a 17 de outubro deste ano, no México.

Thiago Oliveira - Cris

O EU-LAC Health é um projeto financiado pela Comissão Europeia que propõe a definição detalhada de um plano (roadmap) para orientar formuladores de políticas públicas e outras partes interessadas sobre as ações futuras de apoio à cooperação de pesquisa em saúde entre os países da América Latina,

do Caribe e a União Europeia. Seu principal objetivo é proporcionar aos formuladores de políticas e entidades financiadoras de pesquisa e desenvolvimento novos insights sobre a melhor forma de coordenar e financiar a pesquisa cooperativa em saúde entre as duas regiões. Um aspecto fundamental do projeto é a

articulação e coordenação de duas áreas políticas importantes com uma forte participação no financiamento da pesquisa em saúde: políticas de Ciência e Tecnologia para pesquisa e cooperação internacional para o desenvolvimento. Para mais informações, acesse o site oficial do projeto: www.eulachealth.eu.

Comissão da Universidade de Oslo sobre Governança Global em Saúde



■ Os membros da Comissão da Universidade de Oslo sobre Governança Global em Saúde. Foto: Universidade de Oslo

Thiago Oliveira - Cris

O coordenador geral do Cris, Paulo Buss, como membro efetivo da co-

missão, participou da última reunião da The Lancet-University of Oslo Commission on Global Governance for Health (Comissão da Universidade de Oslo sobre Governança Global em Saúde), de 12 a 13 de abril, na Universidade de Oslo. O objetivo principal da comissão é criar consciência sobre a necessidade de governança global, além de proteger e promover a saúde das pessoas em todo o mundo. Este esforço requer intensa mobilização de forças

globais capazes de gerar um grande impacto para a saúde e para a solução das iniquidades mundiais.

Segundo Buss, confirmando o co-

municado oficial do Reitor da Universidade de Oslo e Presidente da Comissão, Ole Petter Ottersen, o evento permitiu superar as divergências pontuais entre membros de várias regiões do mundo presentes e conduziu a um entendimento comum do que a comissão deveria apresentar. Ele acrescentou que esse não foi um desafio fácil de ser superado se levada em consideração a diferença entre as trajetórias e experiências dos membros da comissão. "Apesar dessas divergências culturais e científicas, todos os membros chegaram a um consenso direcionado a fazer com que o relatório final do encontro alcance um significado importante para a saúde no mundo, fazendo com que ela seja um objetivo social comum a todos", garantiu. As propostas serão analisadas e publicadas em setembro de 2013 na revista *The Lancet* e apresentadas à Assembleia Geral das Nações Unidas no mesmo ano.

Fiocruz e Argentina em estreita parceria

Gestores da Fiocruz se encontraram, no dia 2 de abril, com o futuro embaixador do Brasil na Argentina, Everton Vargas, para discutir de que forma as parcerias da Fundação com o país latino-americano podem ser fortalecidas e ampliadas. "Nessa região as preocupações entre os países convergem, sendo assim precisamos de um trabalho em conjunto. A Fiocruz ajudaria nisso, pois tem por si só não somente a excelência científica, mas também uma excelência institucional reconhecida mundialmente", declarou Vargas durante o encontro. Ele ainda destacou que as cooperações já firmadas entre os dois países nas áreas de biotecnologia e saúde fronteiriça devem ser potencializadas. "É minha intenção conversar com o secretário geral do Itamaraty para que ele leve em conta também essa dimensão da cooperação em saúde pública com o Brasil", adiantou.

O assessor do Cris/Fiocruz responsável pela cooperação com países latino-americanos, Álvaro Matida, comen-

tou que as cooperações entre a Fiocruz e o Ministério da Saúde da Argentina e seus parceiros institucionais são historicamente importantes, pois contribuem para o fortalecimento institucional além de assumirem uma relevância política. "É inegável o papel que o Brasil vem cumprindo no âmbito da UNASUL e do Mercosul, e, nessa mesma perspectiva, são inquestionáveis as iniciativas e projetos técnicos que a Fiocruz vem assumindo nestes fóruns. As parcerias com o governo argentino são estrategicamente importantes para os estados membros do Mercosul e UNASUL", ressaltou.

Vargas também lembrou algumas das parcerias estabelecidas entre o Brasil e a Argentina nesses dois campos, como a criação do Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia nos anos 80 – que contou com ajuda da Fiocruz e dá apoio a projetos e à formação de recursos humanos – e do Conselho de Desenvolvimento Fronteiriço presidido pelos secretários ge-

rais dos Ministérios das Relações Exteriores dos dois países. Segundo ele, o Brasil e a Argentina têm um enorme reservatório de biodiversidade, o qual, por ser um fator de grande impacto na saúde, requer um trabalho em parceria. O futuro embaixador assegurou que fará contato formal ao presidente da Argentina solicitando a criação de um calendário de trabalho para a identificação de possíveis áreas de cooperação com a Fundação.

No começo de maio, a Ensp/Fiocruz e a Administración Nacional de Laboratorios e Institutos de Salud da Argentina (Anlis) deram início à segunda turma do mestrado em Epidemiologia em Saúde Pública na Argentina. O mestrado, do qual participam 19 alunos ligados ao governo argentino, busca fortalecer as áreas de recursos humanos e pesquisa da Argentina.

Danielle Monteiro - CCS



■ A visita da delegação da Universidade Estadual de San Diego ao Cris. Foto Thiago Oliveira

Delegação da Universidade Estadual de San Diego conhece a Fiocruz

A Fiocruz recebeu, no dia 4 de abril, a visita de uma delegação da Universidade Estadual de San Diego, dos Estados Unidos. A delegação era composta por estudantes de graduação em Ciências da Saúde, chefiada pelo professor Thomas Novotny e acompanhada pelo encarregado por temas de saúde da embaixada norte-americana, Abraham Miranda. O objetivo da visita foi apresentar a Fundação aos estu-

dantes e fazer uma discussão sobre pesquisa em saúde pública. Os visitantes foram recebidos no Cris pelo coordenador técnico da unidade, José Roberto Ferreira.

A programação incluiu uma apresentação da Fiocruz, mostrando sua história, missão e principais atividades, realizada pelo analista de Cooperação Internacional do Cris, Pedro Burger. Também foram feitas uma apresenta-

ção da Ensp/Fiocruz e de pesquisa em saúde pública, elaborada pela vice-diretora de pesquisa da unidade, Margareth Portela, e uma exibição sobre a evolução e estágio atual das políticas de controle do tabagismo no Brasil, produzida por Vera da Costa e Silva, do Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde (Cetab/Ensp).

Thiago Oliveira - Cris

Delegação alemã visita a Fundação

Com o objetivo de conhecer as cooperações realizadas pela Fiocruz, uma comitiva de parlamentares alemães visitou a Fundação em 12 de abril, acompanhados pelo cônsul adjunto da Alemanha no Brasil, Tarmo Dix. Na ocasião, o coordenador técnico do Cris, José Roberto Ferreira, fez uma breve apresentação sobre a Fundação e as cooperações oferecidas e recebidas, além de mostrar o desenvolvimento do setor da saúde no Brasil e a atuação da Fiocruz nesse contexto.

Os alemães demonstraram interesse na parceria entre a Fundação e a GlaxoSmithKline (GSK), sobretudo no desenvolvimento de remédios para o tratamento de doenças como malária, tuberculose, chagas e leishmaniose. O chefe da delegação alemã e presidente da Subcomissão de Saúde em Países em Desenvolvimento, Uwe Kekeritz, acredita que os dois países podem cooperar em prol de iniciativas de desenvolvimento. "O Brasil tem conquistado sucesso inquestionável na

agenda social e dialoga como igual com a Alemanha. Talvez, no futuro, possamos fomentar parcerias em benefício de outros países em desenvolvimento", afirmou. A princípio, nenhum acordo de cooperação foi fechado. Participaram da reunião Carlos Morel, diretor do CDTS/Fiocruz, Jorge Bermudez, vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fundação, Hayne Felipe, diretor de Farmanguiños, Denise Lobo, de Bio-Manguinhos, Cláudia Teixeira, do Cris, e Ligia Giovanello, pesquisadora do CNPq.

Thiago Oliveira - Cris

Fiocruz e Japão discutem cooperação



■ O vice-ministro da Saúde, Trabalho e Assistência Social do Japão, Kenya Akiba, em encontro com gestores da Fundação. Foto Peter Illiciev/CCS

Com o intuito de ampliar o leque de parcerias estabelecidas com a Fiocruz nos últimos anos, o vice-ministro da Saúde, Trabalho e Assistência Social do Japão, Kenya Akiba, esteve em visita à Fiocruz no último dia 30. Em encontro com o presidente da Fundação, Paulo Gadelha, Akiba solicitou o apoio da instituição, por meio de seu Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS), em um plano de trabalho conjunto no campo de doenças negligenciadas. A Fundação tem tradição de parcerias com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) em campos diversificados como saúde do trabalhador, tuberculose e no fortalecimento do sistema de saúde da Angola. “O Instituto Kitasato, a universidade de Osaka e a JICA já têm algumas cooperações com a Fiocruz, mas não queremos nos limitar apenas a estas duas instituições. Queremos ampliar essas par-

cerias em diversas áreas e estreitar esse relacionamento de cooperação”, explicou Akiba. Além da possibilidade de novas parcerias, o vice ministro japonês demonstrou interesse no sistema de saúde brasileiro e em suas tecnologias e serviços de saúde.

Para Gadelha, o Japão dispõe de características sociais e econômicas que tornam a cooperação com aquele país muito importante. “Esse é o momento de retomarmos e ampliarmos nosso leque de parcerias com o Japão em diversas áreas como no desenvolvimento de medicamentos e no campo de doenças crônicas não transmissíveis”, disse. Os representantes das duas instituições acordaram em mais adiante agendar encontros para a definição de detalhes sobre como vão se dar as futuras parcerias e quais serão seus planos de ação.

Danielle Monteiro - CCS

3rd GLOBAL
FORUM ON HRH
10 – 13 November 2013
Recife, Brazil

Brasil sedia III Fórum Global de Recursos Humanos em Saúde

O Brasil será a sede da terceira edição do Fórum Global de Recursos Humanos em Saúde, um dos maiores eventos do setor. Com o tema ‘Recursos Humanos para a Saúde: fundação para a cobertura universal de saúde e agenda de desenvolvimento pós-2015’, o Fórum será realizado na cidade do Recife (PE), de 10 a 13 de novembro deste ano. A ideia é reunir trabalhadores da saúde, especialistas, autoridades governamentais, representantes de organismos internacionais e instituições acadêmicas, membros de organizações da sociedade civil, do setor privado, de sindicatos e associações profissionais, além de instituições doadoras e de formação de pessoal para a saúde, a fim de discutir as principais questões que dizem respeito à força de trabalho do setor. Nos encontros, o objetivo é criar redes, consensos e capacidade colaborativa para buscar respostas e soluções para os desafios que precisam ser superados.

Fonte: Opas

Recursos para cursos de curta duração

No âmbito do Programa de Excelência no Ensino, visando incentivar e consolidar a cooperação e intercâmbio dos Programas de Pós-graduação da Fiocruz com instituições estrangeiras, a VPEIC vai conceder ainda esse ano recursos para a realização de cursos de curta duração com abrangência internacional promovidos pelos seus Programas de Pósgraduação. O recurso solicitado poderá ser atendido, no todo ou em parte, até o limite máximo de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por curso (total de dez cursos) e deverá ser utilizado até março de 2014. Mais informações em https://intranet.fiocruz.br/ger_arquivo/arquivos/7eef8.pdf

Saúde do trabalhador é tema de discussão em Portugal

Fruto de um projeto de cooperação internacional apoiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), o Seminário Internacional Saúde no Trabalho: dos inquéritos europeus aos instrumentos e práticas locais de intervenção, que será realizado em maio, em Portugal, vai ampliar as reflexões sobre os instrumentos e as perspectivas de intervenção na relação entre saúde e trabalho. Entre as instituições envolvidas,

estão a Ensp/Fiocruz e a Universidade do Porto, em Portugal.

O seminário terá a participação de especialistas em desenvolvimento de grandes inquéritos sobre a questão saúde e trabalho de instituições europeias: Fundação Trabalho-Universidade (Bélgica), Faculdade de Medicina da Universidade de Lille (França), Universidade Fernando Pessoa (Portugal), Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Motricidade Humana (Portugal) e Universidade Federal da Para-

íba. O projeto de cooperação internacional, iniciado em 2011, é realizado em rede e envolve pesquisadores e estudantes de pós-graduação da Ensp, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade do Porto. Além do seminário internacional, em seu âmbito já foram realizados dois pós-doutorados e dois doutorados-sanduíches na Universidade do Porto.

Fonte: Isags

Pesquisador da Ensp realiza estudo sobre a história da saúde global

O pesquisador do Departamento de Administração e Planejamento em Saúde (Daps/ENSP), Gustavo Corrêa Matta, realizou um estudo sobre o panorama histórico da saúde global, como hoje é conhecida, com base nas políticas de formação profissional em saúde. Matta explorou as diferentes fases da saúde internacional até chegar à construção do atual campo político e científico.

As análises feitas foram norteadas pela perspectiva histórica e retórica de documentos e se desdobraram em ofi-

cinas, disciplinas, apresentações em congressos, artigos, capítulos, entre outros. Entre as justificativas, estão o incremento da produção sobre saúde global, o aumento e incentivo de cooperações internacionais, em especial do governo brasileiro, a publicação do relatório da OMS de 2008 e a grande quantidade de trabalhadores da área da saúde relacionados com a comunidade, como agentes de saúde e cuidadores.

Por meio da pesquisa, delineou-se um panorama histórico das mudanças e situaram-se as agências e organismos in-

ternacionais no campo da saúde internacional. Nessa perspectiva histórica, foi possível perceber a passagem do foco da política internacional para uma perspectiva transnacional e transterritorial. "A saúde global implicaria um novo arranjo entre Estados nacionais impulsionado pela construção de novas necessidades da área, novos atores independentes e novos padrões de regulação, circulação e intervenção do Estado", explica Matta.

Fonte: Ensp

Debate sobre política hospitalar

A Ensp/Fiocruz e a Ecole des Hautes Études em Santé Publique (EHESP) realizaram, entre os dias 15 e 17 de maio, no Everest Rio Hotel, como parte da cooperação técnica em gestão hospitalar, o I Colóquio Franco-Brasileiro de Política Hospitalar: o desafio da gestão dos centros hospitalares de alta complexidade. O encontro, que foi fechado a autoridades, dirigentes hospitalares e es-

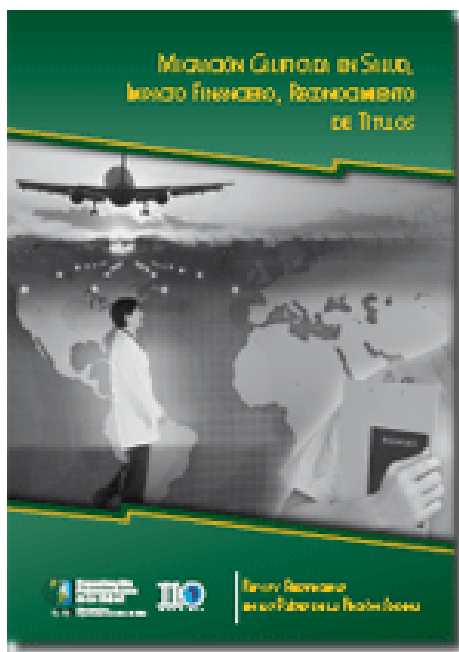
pecialistas da França e do Brasil, analisou as experiências acumuladas no nível da política e da gestão da atenção hospitalar de organizações nos dois países, buscando identificar desafios para o desenvolvimento de centros hospitalares de alta complexidade no âmbito do Sistema Nacional de Saúde. Na pauta do evento, que também debateu as políticas hospitalares implementadas nos sistemas de saú-

de da França e do Brasil, estiveram temáticas como o papel dos centros hospitalares de alta complexidade no âmbito dos sistemas nacionais de saúde; a identificação das tendências na organização e gestão da atenção hospitalar e os desafios para o funcionamento em redes integradas nos sistemas de saúde francês e brasileiro.

Fonte: Informe Ensp

Opas lança estudo sobre os desafios e a perspectiva da migração em saúde

A Organização Pan-Americana de Saúde (Opas/OMS) disponibilizou o estudo *Migração qualificada em saúde, impacto financeiro, reconhecimento de títulos: desafios e perspectiva nos países da Região Andina*. O estudo recria uma linha de trabalho cujo objetivo é apoiar a reorientação da educação em ciências da saúde em direção aos valores, conceitos e práticas da Atenção Primária em Saúde (APS) e à saúde pública. O trabalho considerou a importância dos recursos humanos para o funcionamento dos sistemas universais de saúde e a migração de pessoal de saúde como tema de preocupação crescente na Região das Américas, de grave impacto no Caribe e em alguns pa-



íses da América Central, e ainda com consequências na América do Sul.

A organização também lançou a edição de 2012 do documento *Saúde nas Américas, com o tema panorama regional e perfil de países*. O documento aborda assuntos relacionados aos contextos políticos, econômicos e sociais que incidiram na saúde da região nos últimos anos. Apresenta, também, outros tópicos relevantes, como gestão em situações de desastres e alertas sanitários, e a contínua evolução

da ética, dos direitos humanos e da saúde global. Clique [aqui](#) e acesse a publicação na íntegra.

Fonte: Opas

Proforsa é destaque na revista RETS



Já está disponível a última edição da Revista RETS, de número 15. A matéria de capa é sobre o projeto Proforsa, que reúne Brasil, o Japão e Angola em iniciativas para fortalecer o sistema de saúde do país africano, por meio de ações estruturantes, dentre as quais a formação de recursos humanos para o setor. A revista também conta com a entrevista presidente da Associação Argentina de Técnicos em Medicina Nuclear (AATMN), Carlos Einsmann, sobre a "invisibilidade" dos técnicos em saúde.

Na seção 'Técnicos em saúde no mundo', o país da vez é o Uruguai. Para completar, uma bela experiência de formação, que tem a cultura como base e as manifestações artísticas como expressão, desenvolvida pelo Ministério da Saúde da Província de Buenos Aires, na Argentina; os preparativos para o Terceiro Fórum Global de Recursos Humanos em Saúde, a ser realizado no Brasil, em novembro deste ano; e a posse da nova diretora da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas/OMS), Carissa Etienne, que em seu discurso destacou a importância da cooperação e da troca de experiências e conhecimentos entre os países da Região. Acesse a revista [aqui](#).

Fonte: RETS

oportunidades de treinamento

Doutorado pleno na França

Com vistas à formação de doutores em instituições francesas de reconhecido nível de excelência, nas áreas do conhecimento consideradas de vanguarda científico-tecnológica, o programa Ciência sem Fronteiras (CsF) já está recebendo inscrições para bolsas de doutorado pleno por meio do Convênio Industrial de Formação através da Pesquisa, fruto de um acordo firmado entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a ANRT – uma agência de fomento à pesquisa e à inovação do Ministério do Ensino Superior e da Pesquisa da França. Os interessados devem submeter sua candidatura exclusivamente ao CNPq por meio de formulário eletrônico disponível no portal do programa Ciência sem Fronteiras. Mais informações [aqui](#).

Parceria com instituto de pesquisa americano pode levar à descoberta de novos medicamentos para malária cerebral

Danielle Monteiro - CCS



A Fiocruz desenvolve uma série de ações de cooperação com institutos de pesquisa norte americanos. Uma delas é o projeto denominado Reposição de Óxido Nítrico e detoxificação de heme como terapias adjuvantes para malária cerebral (*Nitric Oxide Restoration & Heme Detoxification as Adjunctive Therapies for Cerebral Malaria*, em inglês), uma parceria entre o IOC/Fiocruz, o Centro de Pesquisas em Malária (*Center for Malaria Research*, em inglês) do Instituto de Bioengenharia La Jolla (*La Jolla Bioengineering Institute – LJBI*) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), financiada pelo Instituto Nacional de Alergia e Doenças Infecciosas (National Institute of Allergy and Infectious Diseases - NIAID) dos Institutos Nacionais de Saúde (National Institutes of Health – NIH).

Nascida em 2009 com apoio do Cris/Fiocruz, a iniciativa, que busca identificar os mecanismos de dano vascular no cérebro infectado por malária cerebral - uma das mais frequentes e sérias complicações da malária provocada pelo parasita *Plasmodium falciparum* - tem feito descobertas que podem levar ao desenvolvimento de tratamentos mais eficazes contra a doença. A enfermidade mata mais de um milhão de pessoas no mundo anualmente e atinge principalmente crianças menores de cinco anos. O pesquisador do IOC/Fiocruz Leonardo Carvalho, que está à frente da iniciativa, contou ao Crisinforma como ela tem sido conduzida e revelou as novidades desse projeto que promete salvar milhares de vidas.

Como surgiu a ideia de se formar uma parceria com o NIH no desenvolvimento de estudos sobre a malária cerebral?

Carvalho: Em 2007 fui convidado a coordenar um projeto de pesquisa sobre patogenia de malária cerebral no La Jolla Bioengineering Institute (LJBI), em San Diego, California. Em janeiro de 2008, me licenciarei da Fiocruz e assumi a coordenação do projeto. Naquele mesmo ano submeti uma nova proposta de projeto, desta vez junto ao National Institute of Allergy and Infectious Diseases (NIAID-NIH). Nele, criamos uma colaboração com o Dr Claudio Tadeu Daniel Ribeiro, chefe do Laboratório de Pesquisas em Malária do IOC/Fiocruz, e com o Dr Marcelo Torres Bozza, chefe do Laboratório de Inflamação e Imunidade do Instituto de Microbiologia da UFRJ. Essa colaboração previa a realização de uma das abordagens do projeto na Fiocruz e na

UFRJ. O projeto foi aprovado em 2009 e naquele mesmo ano foram assinados convênios de cooperação LJBI-Fiocruz e LJBI-UFRJ e também subcontratos para transferência de recursos de projeto do LJBI para a Fiocruz e UFRJ.

A malária cerebral leva à morte milhares de indivíduos em todo o mundo. Quais são os objetivos do projeto e quais foram as principais descobertas até então alcançadas?

Carvalho: O objetivo de nossos projetos é identificar os mecanismos de dano vascular na malária cerebral e desenvolver estratégias terapêuticas para a reversão desse processo e, assim, salvar vidas. Para isso utilizamos um modelo experimental de infecção de camundongos por *Plasmodium berghei* ANKA, que induz em roedores uma síndrome neurológica fatal que guarda similaridades com a malária cerebral humana causada por *P. falciparum*, em particular os fenômenos patológicos vasculares citados acima.

Nossos estudos envolvem em grande parte a utilização de microscopia intravital de cérebro, uma metodologia que nos permite visualizar os vasos cerebrais de animais vivos, e mensurar fenômenos causados pela infecção plasmodial e por intervenções terapêuticas.

Entre nossas descobertas mais importantes, descrevemos que a patogenia da malária cerebral experimental está associada a um processo de vasoconstrição cerebral e que a administração de uma droga bloqueadora de canais de cálcio (que induz vasodilatação), a nimodipina, reverte parcialmente esse processo vasoconstritivo e aumenta a sobrevivência de animais com malária cerebral avançada quando administrada juntamente com a droga antimalárica artemeter. Esse trabalho foi listado entre os *top 10 papers* em medicina no site *Faculty of 1000 Medicine* em março de 2010. Mostramos também que animais com malária cerebral apresentam disfunção de uma enzi-

ma denominada óxido nítrico sintase, e que intervenções que melhoram a função de diferentes isoformas dessa enzima reverterem parcialmente a vasoconstrição cerebral, melhorando o fluxo sanguíneo. Mais importante, identificamos pelos menos dois compostos que, ao reverter o processo de vasoconstrição cerebral, aumentam a sobrevivência de animais com malária cerebral e, portanto, tem grande potencial terapêutico.

Segundo estimativas, a malária matou somente em 2010 cerca de um milhão e duzentas mil pessoas em todo o mundo, a grande maioria crianças menores de cinco anos na África. As complicações mais comuns de malária que levam a esses números impressionantes e inaceitáveis são a malária cerebral e a anemia grave. No caso de malária cerebral, mesmo com a hospitalização e administração imediata de derivados de artemisinina, em particular o artesunato, 10-20% dos pacientes morrem. Além disso, cerca de 25% dos sobreviventes vão apresentar sequelas neurológicas, desde déficits cognitivos até – mais raramente – danos motores graves. Por isso, intervenções terapêuticas que aumentem a sobrevivência e diminuam a incidência de sequelas teriam um enorme impacto sobre as populações afetadas pela malária.

No Brasil, casos de malária por *Plasmodium vivax* são mais frequentes do que por *Plasmodium falciparum*. A malária cerebral é decorrência dos dois tipos de malária? E qual a importância deste estudo para as pessoas que sofrem com a doença e seu impacto para o Brasil?

Carvalho: A grande maioria dos casos graves e fatais de malária, inclusive malária cerebral, é causada por *P. falciparum*. Casos de malária grave por *P. vivax* tem sido descritos com cada vez mais frequência, mas ainda são relativamente raros. No Brasil, cerca de 85% dos casos de malária são causados por *P. vivax*. Além disso, o Brasil conta com um bom sistema de diagnóstico e tratamento (gratuitos) de malária na área endêmica da doença, a região Amazônica, onde são registrados 99,8% dos casos de malária no Brasil. Esses fatores fazem com que a ocorrência de casos graves e fatais seja infrequente no Brasil. Paradoxalmente, casos graves de malária no Brasil ocorrem com mais frequência fora da área endêmica. Isso acontece porque um indivíduo que viaja de uma região não endêmica para a Amazônia (ou para

outras localidades endêmicas de malária, como a África e o sudeste asiático) e contrai malária, ao retornar ao seu local de residência com sintomas, o diagnóstico é dificultado porque malária não é comum nessas regiões e pode ser facilmente confundida com outras síndromes febris. Esses casos mais graves seriam os maiores beneficiários de uma terapia adjuvante eficaz.

A partir do estudo, descobriu-se que o Resveratrol, um componente que reúne alimentos anti-oxidantes como uvas e algumas plantas, não previne a malária cerebral. Há previsão de novos experimentos com outros componentes ou substâncias?

Carvalho: A malária cerebral, como várias outras patologias vasculares inflamatórias, possui um forte componente pró-oxidativo. Resveratrol é de fato um composto anti-oxidante, mas nas condições de nossos experimentos não foi capaz de prevenir o desenvolvimento de malária cerebral em camundongos. Mas tais resultados negativos não significam necessariamente que o composto não tenha potencial. Resveratrol é apenas um dos vários compostos com que vimos trabalhando, e é fato que a maioria não mostra os benefícios esperados. Mas até o momento pelo menos dois compostos, inclusive nimodipina, mostraram resultados muito promissores como tratamento adjuvante com derivados de artemisinina. À medida que entendemos melhor os mecanismos de patogênese, vamos também identificar alvos para terapia.

A partir das descobertas já feitas pelo estudo, quais são os próximos passos que serão tomados?

Carvalho: Com nossos resultados até o momento, temos muita confiança de que estamos no caminho certo ao elegermos a disfunção vascular como alvo prioritário para uma terapia adjuvante para malária cerebral. Os próximos passos envolvem essencialmente duas frentes de pesquisa: primeiramente, aprofundar o entendimento dos mecanismos da disfunção vascular e, depois, baseado nesses achados, definir compostos com potencial para reverter os danos observados e restaurar a fisiologia normal da microcirculação cerebral. Drogas que sejam eficazes em animais poderão eventualmente ser encaminhadas para ensaios clínicos. O objetivo último dessas intervenções é proporcionar ao paciente em condição mais grave um tempo precioso sus-

tentando a vida até que o tratamento antimalárico surta efeito, permitindo sua recuperação.

Qual a previsão de obtenção dos resultados finais e quando eles serão divulgados?

Carvalho: O desenvolvimento de projetos de pesquisa dessa natureza é dinâmico e a divulgação dos resultados ocorre de forma continuada. Estritamente dentro dessa colaboração Fiocruz-LJBI, já publicamos nove artigos em revistas indexadas e tivemos essa semana mais um aceito pela revista *Plos Pathogens*.

Este projeto também inclui o intercâmbio de treinamento para transferência de tecnologia. Em que consiste essa iniciativa?

Carvalho: Essa interação Fiocruz-LJBI-UFRJ permitiu que investíssemos na formação de um doutor, um pós-doutor (concluídos) e dois mestres (em andamento). Além da colaboração que já mantemos com o Dr Claudio Ribeiro no IOC, com a Dra Graziela Zanini no IPEC e com o Dr Marcelo Bozza na UFRJ, estabelecemos recentemente uma interação com os Drs Eduardo Tibiriçá e Vanessa Estato do Laboratório de Investigação Cardiovascular (IOC), que já detém o expertise em microscopia intravital de cérebro. Em junho próximo, a Dra Vanessa irá ao LJBI para viabilizar a transferência de uma nova tecnologia de microscopia intravital, desenvolvida por nós, para a Fiocruz. Temos feito contato com outros grupos dentro e fora da Fiocruz e espero que possamos ampliar essas colaborações.

O projeto vai ser finalizado em dezembro desse ano. Depois disso, há previsão de novas parcerias com o NIH no combate à malária cerebral?

Carvalho: A ideia é submeter uma nova proposta para a continuação desse projeto. Em julho participarei também de um encontro organizado pelo NIH em Bethesda, Estados Unidos, com o objetivo de elaborar recomendações para auxiliar o NIH a desenvolver iniciativas de financiamento de pesquisa em malária. Creio que a Fiocruz só tem a ganhar com o estreitamento das interações com instituições como o LJBI, e o suporte do Cris/Fiocruz foi e tem sido fundamental para permitir que tais interações internacionais sejam viabilizadas. Gostaria de citar aqui o amplo apoio que temos tido de funcionários do Cris, como Norma Brandão e Daniel Federer.